

1.DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Formação de Brigadista Voluntário de Incêndio (treinamento) nos *campi* Fiocruz e suas regionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices:

Item	Descrição/ especificação	Unidade da Federação (Regional)	Unidade de Medida	Quantidade de inscrições	Código CatServ	Valor Aceite
1	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Amazonas/Fiocruz	AM	Serviço	55	13404	R\$ 8.100,00
2	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Bahia/Fiocruz	BA	Serviço	80	13404	R\$ 20.000,00
3	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Brasília/Fiocruz	DF	Serviço	70	13404	R\$ 11.000,00
4	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Mato Grosso do Sul/Fiocruz	MS	Serviço	8	13404	R\$ 26.000,00
5	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Minas Gerais/Fiocruz	MG	Serviço	60	13404	R\$ 28.000,00
6	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Paraná/Fiocruz	PR	Serviço	23	13404	R\$ 39.000,00
7	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Pernambuco/Fiocruz	PE	Serviço	60	13404	R\$ 17.000,00
8	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Rio de Janeiro/Fiocruz	RJ	Serviço	2.399	13404	R\$ 90.000,00
9	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento em Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) para a Regional Rondônia/Fiocruz	RO	Serviço	30	13404	R\$ 2.100,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 1.100.000,00

1.2.O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520 de 2002, c/c art. 1º do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do Anexo V da IN nº 05/2017.

1.3 O quantitativo e respectivo item são os discriminados na tabela acima, bem como no item 10 deste Termo de Referência.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.4.1. O regime de execução da contratação será de empreitada por preço unitário pois observa-se que pela natureza do serviço que se pretende, os interessados devem cotar um preço certo pré-definido e correspondente ao valor total do serviço.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, não continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2.1 As atividades listadas neste Termo de Referência enquadram-se na previsão contida no Parágrafo único do artigo 1º da PORTARIA Nº 443, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Serviço não continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2 A Contratada deverá atender às especificidades de cada demanda como especificadas no item 10 e seus subitens deste Termo de Referência;

5.1.2.1 A contratada deverá prever total condição de atender a execução dos serviços descritos na necessidade da contratação;

5.1.2.2 A Contratada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação, conforme item 6 deste TR;

5.1.2.3 A Contratada deverá estar em conformidade no que se refere ao credenciamento para realizar curso de formação e atualização de brigadistas voluntários de incêndio (BVI), conforme legislação pertinente em cada uma das unidades da federação.

5.1.2.4 A Contratada deverá atender às condições e credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros para ministrar curso prático de combate a incêndio, com campo de prova apropriado, para os treinamentos com extintores, bem como mangueiras e rede de hidrantes;

5.1.2.5 Declaração da Licitante de que, no ato da contratação, disponibilizará instrutor(es), monitor(es) ou consultor(es) alocado(s) aos serviços de treinamento objeto deste Termo de Referência com a certificação;

5.1.2.6 Declaração que, no ato da contratação, dispõe de equipamentos para demonstração e treinamento prático.

5.1.2.7 Declaração de que, no ato da contratação, o campo de treinamento, próprio ou alugado, segue o que preceitua as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades correspondentes às UF de cada regional, conforme subitem 5.1.2.4 deste Termo de Referência.

5.1.3 A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

5.1.4 Para os serviços a serem contratados não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.5 A Fiocruz definiu como solução de mercado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, com execução por demanda, conforme descrito no item 10 e seus subitens deste Termo de Referência.

5.2 As obrigações da Contratada e Contratante são aquelas previstas neste Termo de Referência, nos itens 12 e 13.

5.3. O presente objeto da licitação se enquadra em legislações especiais, conforme subitem 8.8 deste Termo de Referência, contudo não há previsão para margem de preferência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A Contratada deverá adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, mínimos, a seguir:

6.1.1 Deverá atender à Política de Sustentabilidade da Instituição.

6.1.2 Atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI/MPOG.

6.1.3 Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços; 3

6.1.4 Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego; 4. Observar, no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel Db (A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. Utilização de tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído;

6.1.5 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

6.1.6 Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços.

6.2 Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:

a) Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

b) Lei nº 6938 de 17/01/1981 Política Nacional do Meio Ambiente;

c) Lei Estadual Nº 4.191 Política estadual de resíduos sólidos.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, não haverá necessidade realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, tendo em vista que as etapas teóricas e práticas serão realizadas em local indicado pela contratada.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1 A execução dos serviços será realizada conforme cronograma pré-estabelecido pela Administração e constante no item 10 deste Termo de Referência.

8.1.2 Para o efetivo reconhecimento da função de Brigadista Voluntário de Incêndio (BVI), pelo Órgão responsável no território do respectivo estado da federação, deverão ser atendidos os requisitos constantes nas legislações correspondentes, descritas no item 8.8 e comprovados através de documentação exigida na norma legal, caso couber.

8.1.3 A Contratada deverá disponibilizar correio eletrônico (e-mail) para comunicação com a Fiocruz, bem como telefone para contato com os profissionais que executarão os serviços;

8.2 Os serviços deverão ser prestados em dias úteis e horário comercial, mediante agendamento prévio com a fiscalização do contrato.

8.3. A Contratada poderá adaptar o número de profissionais para treinamento da BVI por turmas diferentes daquelas sugeridas no cronograma conforme item 10 desde que aceito pela Administração, e respeite o limite máximo previsto na legislação do Estado a qual o serviço será prestado.

8.3.1 A Contratada não está obrigada a formar turmas exclusivas somente com alunos da Fiocruz, conforme descrito no item 10 deste Termo de Referência.

8.3.2 A relação dos profissionais que serão treinados mensalmente, conforme cronograma, será disponibilizada pela Administração com antecedência mínima de 10 dias úteis.

8.4 Após conclusão do treinamento, será disponibilizado pela contratada aos profissionais treinados, um formulário com questionário próprio para avaliação dos serviços,

8.5 Os formulários de avaliação dos resultados deverão ser entregues, pela contratada, ao fiscal do contrato para serem incluídos na composição do processo de pagamento e deverão ser datados e assinados pelos profissionais que concluíram o treinamento;

8.6 As cópias dos certificados da conclusão do treinamento BVI dos trabalhadores deverão ser entregues a fiscalização do contrato para conferência e irão compor o processo de pagamento.

8.7 Todos os certificados deverão ser emitidos em nome da Contratada;

8.8 A Contratada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades correspondentes às UF de cada regional, conforme destacado abaixo:

UF	REGIONAL	NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÃO S VIGENTES
RJ	Rio de Janeiro	• NT nº 2-10 Brigada de Incêndio - CBMERJ.
BA	Bahia	• Instrução Técnica Nº. 17/2016 CBMBA
DF	Distrito Federal	• Norma Técnica NF002/2009-CBMDF - Classificação das Edificações de Acordo com os Riscos; • Norma Técnica NF007/2011-CBMDF - Brigada de Incêndio; • Decreto nº21361, de 20 de julho de 2000 – Regulamento contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal
PE	Pernambuco	• NBR 14276:2020 - Brigada de Incêndio e Emergência - Requisitos e Procedimentos • NBR 15219:2020 - Plano de Emergência contra Incêndio - Requisitos e Procedimentos • COS-CP-PE - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco DECRETO 19644-97, alterado pelo decreto 46.658-18 e Decreto 52.006-21
MG	Minas Gerais	• IT 12 - Brigada de Incêndio - 3ª Edição (Alterada pela Portaria 61/2020) • IT 01 - Procedimentos Administrativos - 9ª Edição (Alterada pela Portaria 63/2021) • IT 03 - Composição do Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCP) - 2ª Edição (Alterada pela Portaria 65/2021) • IT 11 - Plano de Intervenção de Incêndio (Alterada pela Portaria 61/2020)
AM	Amazonas	• Decreto nº 24.024 CBMAM • Norma Técnica nº01_2021 CBMAM • Norma Técnica nº03_2021 CBMAM
PR	Paraná	• Norma de Procedimento Técnico nº17 (NPT17)
MS	Mato Grosso do Sul	• Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o estado de Pernambuco; • Lei 11.186 de 22 de dezembro de 1994.
RO	Rondônia	• IT 17 - Brigada de Incêndio (08/04/2019)

8.9 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 A Contratada deverá considerar todos os materiais necessários para o treinamento teórico, bem como os equipamentos e ferramentas necessários para a perfeita execução dos serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1- Localidades para Prestação dos serviços:

10.1.1.1 Há a necessidade de atendimento aos seguintes Regionais da Fiocruz:

Estimativa das quantidades		
UF	REGIONAL	Qtda estimada de profissionais treinados para BVI
RJ	Rio de Janeiro	2.399
BA	Bahia	80
DF	Distrito Federal	70
PE	Pernambuco	60
MG	Minas Gerais	60
AM	Amazonas	55
PR	Paraná	23
RO	Rondônia	30
MS	Mato Grosso do Sul	8
Total		2.785

10.1.1.1.1 Considerando a pluralidade de locais para a prestação de serviços, deve-se considerar que os treinamentos práticos deverão ser realizados nos Estados e a Fiocruz não arcará com nenhum custo referente a passagens, estadias e demais despesas correlatas.

10.1.2 - Demanda a ser executada

10.1.2.1 Descrição detalhada e previsão total dos serviços

UNIDADES FIOCRUZ					
U	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTO
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	CASTELO	3.575,85m²	4
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	CRIS. PROCURADORIA E AUDITORIA	817,48m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	VILA RESIDENCIAL	797,86m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	RESIDENCIA OFICIAL	835,72m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	OUVIDORIA	135,88m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	UNADIG - Unidade de Apoio ao Diagnóstico COVID-19	2.614,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEPLAN	PAVILHÃO CARLOS MATUS	415,29m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. ARTHUR NEIVA	2.221,12m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. CARLOS CHAGAS	3.278,10m²	4
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. GOMES DE FARIAS	1.247,96m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. CARDOSO FONTES	3.525,82m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. ADOLPHO LUTZ	322,00m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. ROCHA LIMA	7.158m²	5
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. LEÔNIDAS DEANNE	7.536,74m²	6
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. BIOLOGIA HANSENÍASES	2.407,21m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. LAURO TRAVASSO	2.444,55m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	ASA	476,71m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. OSÓRIO DE ALMEIDA	1.139,64m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	MUSEU - SEDE	530,00m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	PAV. RELÓGIO	184,79m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	TENDA DA CIÊNCIA	414,05m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	EPIDAURO	308,70m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	PIRÂMIDES	339,66m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	CENTRO DE RECEPÇÃO	960,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	CDHS	3.020,65m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	ANEXO PRÉDIO DO RELÓGIO	120,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	SEDE STI	84,75m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	RESERVA TÉCNICA	1483,35m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	SALÃO DE EXPOSIÇÃO	460,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	CAVALARIÇA	400,22m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ICTB	ICTB SEDE	7.501,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ICTB	PRIMATOLOGIA	1.438,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	EPSJV	EPSJV	8.110,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INCQS	INCQS	12.741,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	SEDE	1.682,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	SGP - SERVIÇO DE GESTÃO DE PESSOAS	217,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	PRÉDIO 123 A - CEM - COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO	5.018,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	GVSP - GESTÃO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL	633,35m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	PRÉDIO 225 - DEPÓSITO DAS OFICINAS	159,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	CONTAINERS DA JARDINAGEM, LIMPEZA E DEPÓSITO DE QUÍMICOS/INFLU	817,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	HOSPITAL EVANDRO CHAGAS	3.180,23m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	ADMINISTRAÇÃO DO INI	187,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	AMBULATÓRIO	189,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLÍNICAS	120,26m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	CRIE	290,26m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	ZOONOSES	72,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	CHC	6.890,17m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	PLATAFORMA DE BIOENSAIOS	1.035,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	Estrutura modular s/nº (IPREX)	151,69m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	322 EM-15 / ADMINISTRAÇÃO-II/INI	264,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	FAMÁCIA	143,50m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	CARDIOLOGIA	81,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	DIREÇÃO	260,96m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	HOSPITAL DIA	1.100,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	PAV. EUCLIDES GÂNDARA	192,45m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	VICE-DIREÇÃO DE ENSINO	633,35m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	PAV. MARIA DEANE	1.035,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	ENSAIOS CLÍNICOS	950,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ENSP	ENSP	12.151,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ENSP	CESTEH	3.043,57m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ENSP	PAV. TORRES HOMEM	1.872,80m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	CANAL SAÚDE	425,16m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	FARMANGUINHOS	FARMANGUINHOS	1.050,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	FARMANGUINHOS	PLANTA PILOTO	630,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ICICT	BIBLIOTECA	5.515,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ICICT	MULTIMEIOS GRÁFICAS	527,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEPE	QUININO	1.831,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEPE	CST - PAV. CARLOS AUGUSTO DA SILVA	5.160,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEPE	CRECHE BERTHA LUTZ	1.200,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEAD	QUININO	1.831,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEAD	ALMOXARIFADO CENTRAL - PAULO SARMENTO	2.414,83m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEAD	SAM DEL CASTILHO	1.400,00m²	1

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS
----	-------------	---------	------------	----	------------

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
RJ	CAMPUS MARÉ	PRESIDÊNCIA	EXPANSÃO DO CAMPUS	15.497,00m²	1	

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
RJ	CAMPUS PALÁCIO ITABORAÍ	PRESIDÊNCIA	PALÁCIO ITABORAÍ	3.099,70m²	2	

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 10	15.105,00m²	2	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 20	3.456,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 30	835,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 50	1.637,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 60	996,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 70	11.965,00m²	3	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 80	134,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 90	230,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 100	516,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 110	65,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO ETE	227,00m²	2	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO CENTRAL DE RESÍDUOS	281,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO SUNESTAÇÃO PRINCIPAL	281,00m²	1	

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	BLOCO A HOSPITAL	10.425,00m²	5	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	BLOCO B MANUTENÇÃO, ALMOX, FARMÁCIA	1.900,00m²	2	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	BLOCO C LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA	625,00m²	3	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	PAV. MÁRIO OLINTO	2.026,13m²	6	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	BLOCO EDUCACIONAL	4.090,00m²	3	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	ESPAÇO CAFETERIA	276,00m²	1	

UF	REGIONAL PR	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
PR	CAMPUS FIOCRUZ PARANÁ	ICC - PR	INSTITUTO CARLOS CHAGAS	6.430,00m²	3	BI
PR	CAMPUS FIOCRUZ PARANÁ	ICC - PR	LACEA	2.195,00m²	1	

UF	REGIONAL MS	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
MS	CAMPUS FIOCRUZ MATO GROSSO DO SUL	FIOCRUZ - MS	ESCOLA DE GOVERNO	470,00m²	1	

UF	REGIONAL PE	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
PE	CAMPUS FIOCRUZ PERNAMBUCO	CPqAM - PE	CENTRAL DE UTILIZADES	19.846,00m²	9	BI

UF	REGIONAL	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
MG	CAMPUS FIOCRUZ MINAS GERAIS	CPqRR - MG	BLOCO B	7.056,00m²	9	

UF	REGIONAL BA	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PAV. ALUÍZIO PRATA	1.773,00m²	3	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PAV. ZILTO ANDRADE	4.071,00m²	6	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PAV. NEB - LAIN PONTES	544,00m²	2	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PRÉDIO MULTIUSUÁRIOS	2.334,00m²	3	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	DEPÓSITO DE RESÍDUOS	24,00m²	1	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	LASP	919,00m²	2	BI
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	DEPÓSITO DE INFLAMÁVEL E RADIOATIVO	62,00m²	1	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PRÉDIO DO CANIL	497,99m²	1	BI
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PAV. CENTRAL ÍTALO RODRIGUES	1.919,00m²	3	

UF	REGIONAL AM	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
AM	CAMPUS FIOCRUZ AMAZONAS	ILMD - AM	INSTITUTO LEÔNIDAS E MARIA DEANE EDIFÍCIO 1	1.517,00m²	4	
AM	CAMPUS FIOCRUZ AMAZONAS	ILMD - AM	INSTITUTO LEÔNIDAS E MARIA DEANE EDIFÍCIO 2	715,00m²	2	

UF	REGIONAL DF	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
DF	CAMPUS FIOCRUZ BRASÍLIA	GEREB/SEAD	BLOCO ADMINISTRATIVO	2.940,00m²	4	

UF	REGIONAL RO	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
DF	CAMPUS FIOCRUZ RONDÔNIA	FIOCRUZ/RO	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1.382,57M²	1	BI

LEGENDA OBS.: RISCOS: I = INFLAMÁVEL Q = QUÍMICO B = BIOLÓGICO

Cronograma de treinamentos - Brigada Voluntária de Incêndio Fiocruz													Total
Regional	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	
Rio de Janeiro	200	200	250	250	150	150	150	250	250	250	199	100	2399
Paraná		13	10										23
Mato Grosso do Sul		8											8
Pernambuco		20	20	20									60
Minas Gerais		20	20	20									60
Bahia		20	20	20	20								80
Amazonas		20	20	15									55
Brasília		20	20	15	15								70
Rondônia		10	10	10									30

- 10.1.3.1 Os treinamentos serão realizados por meio de turmas, respeitando um número máximo de alunos que a legislação de cada unidade da federação autoriza, não sendo obrigatória a exclusividade de turma fechada para a Fiocruz.
- 10.1.3.2 Os treinamentos seguirão os quantitativos estabelecidos no cronograma acima. Contudo, por necessidade expressa da Administração poderá haver alteração nos quantitativos mensais na hipótese de restrição de recursos financeiros.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.2.1 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.
- 11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.
- 11.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.11 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a disponibilização dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade Federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº7.203, de 2010;
- 12.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos,

bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a rotina de execução descrita no item 8 deste Termo de Referência.

12.23 O Treinamento deverá ser ministrado por instrutor (es) habilitado (s), de acordo com os requisitos estabelecidos normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades correspondentes às UF de cada regional, conforme subitem acima.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a possibilidade de subcontratação para a pretensa prestação dos serviços, visto que o certificado deverá ser emitido pela Contratada.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5 atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8 fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas no item 8 deste Termo de Referência.

15.14 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda

que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1 A prestação do serviço será aceita e a qualidade avaliada mensalmente por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice II, o qual poderá ser descontado da empresa Contratada a alíquota de até 5% do valor líquido, pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, chegando assim a um valor final de fatura a liberar.

16.2.2 A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados, através da média dos questionários apresentados, conforme item 8.9 deste Termo de Referência, indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.2.3 A CONTRATADA será avaliada por meio do resultado das avaliações da qualidade do serviço prestado através dos questionários disponibilizados aos alunos no final de cada treinamento e avaliação do questionário pela fiscalização do contrato.

16.2.4 O resultado das avaliações da qualidade será por meio da análise do seguinte módulo:

16.2.4.1 Nas avaliações realizadas pela fiscalização e pelos alunos, será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
9 a 10 (de nove a dez) pontos	6 a 8 (de seis a oito) pontos	3 a 5 (de três a cinco) pontos	0 a 2 (de zero a dois) pontos

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

16.2.4.2 A fiscalização do contrato realizará o acompanhamento e fará a avaliação da execução dos serviços. Para obtenção do valor a ser faturado, os resultados das avaliações da qualidade serão liberados conforme Intervalo de pontos alcançados e tabela abaixo:

Serviços nos campi Fiocruz			
De	Até		Alíquota (%) Para Liberação
9	10	Ótimo	Liberação 100% da fatura
6	8	Bom	Liberação 98,5% da fatura
3	5	Ruim	Liberação 96,5% da fatura
0	2	Péssimo	Liberação 95% da fatura

16.2.5 A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.2.6 A fiscalização do contrato irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

16.2.7 A Contratada deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

16.2.8 Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais conforme previsto em contrato.

16.2.9 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;

16.2.10 O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado nas unidades Fiocruz poderá ser atualizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

16.2.11 Todos os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) enviados mensalmente a fiscalização do contrato deverão ser datados e assinados pelos alunos, ao final de cada treinamento concluído.

16.2.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.2.13 A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através de representante designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço.

16.2.14 A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas pelas unidades assistidas.

16.2.15 A Fiscalização do contrato avaliará através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a qualidade dos serviços e considerará as ocorrências registradas, por meio do fiscal do contrato. A fiscalização do contrato irá consolidar o IMR final obtido, todos os questionários correspondentes às inscrições realizadas no mês de referência a fim de se obter o percentual de satisfação da prestação do serviço e consequentemente verificar o atingimento do indicador de atendimento pela média dos percentuais atingidos do somatório dos questionários. O não atingimento do indicador de atendimento descrito no item 16.2.6 deste instrumento, sujeitará a

Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência e no contrato.

16.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1 não produziu os resultados acordados;

16.3.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos, exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1 o prazo de validade;

18.5.2 a data da emissão;

18.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4 o período de prestação dos serviços;

18.5.5 o valor a pagar; e

18.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

19. REAJUSTE

19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, correspondente exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da

20.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- 20.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10 Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.
- 21.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) ADVERTÊNCIA por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) Multa de:**
- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii)**Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv)** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Apêndices não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 21.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 21.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 21.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.14. Comete infração administrativa nos termos da Portaria nº 150/2019-Cogead Fiocruz:
- 21.14.1 DAS SANÇÕES:
- 21.14.1.1 Não assinar o contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;
 - 21.14.1.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
 - 21.14.1.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
 - 21.14.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro)meses;
 - 21.14.1.5 Não manter a proposta:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro)meses;
 - 21.14.1.6 Falhar na execução do contrato:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
 - 21.14.1.7 Fraudar na execução do contrato:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta)meses;
 - 21.14.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e
 - 21.14.1.9 Cometer fraude Fiscal:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento cio SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;
- 21.14.2 AGRAVANTES:
- 21.14.2.1 As sanções previstas no item 21.14.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em

decorrência do seguinte:

21.14.2.1.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

21.14.2.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

21.14.2.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo licitatório;

21.14.2.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

21.14.2.5 As penas previstas nos subitens 21.14.1 1, 21.14.1 2, 21.14.1.4 e 21.14.1.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

21.14.3 ATENUANTES

21.14.3.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

21.14.3.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

21.14.3.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

21.14.3.4 A penalidade a que se refere ao subitem 21.14.1.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

21.14.3.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado.

21.14.3.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

21.14.3.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz;

21.14.3.5 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela contratada serão:

22.3.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.1.1.1 Atestado de prestação de Serviços para treinamento em Brigada Voluntário de Incêndio (BVI), com um mínimo de 30% (trinta por cento) dos quantitativos totais para o estado do Rio de Janeiro e 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais para os demais estados da federação, conforme abaixo e estabelecido no item 10 deste Termo de Referência:

Atestado de Serviços de Treinamento em BVI			
Regional	Quantitativo mínimo (%)	Quantitativo total estimado de inscrições	Quantidade mínima no somatório de atestados
Rio de Janeiro	30%	2399	720
Paraná	50%	23	13
Mato Grosso do Sul	50%	8	4
Pernambuco	50%	60	30
Minas Gerais	50%	60	30
Bahia	50%	80	40
Amazonas	50%	55	26
Brasília	50%	70	35
Rondônia	50%	30	15

22.3.1.1.2 A quantidade mínima estabelecida para o estado do Rio de Janeiro é de 30% (trinta por cento) dos quantitativos totais devido ao número significativo de profissionais a serem treinados no estado.

22.3.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

22.3.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.3.1.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.1.6 Para fins de comprovação será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos.

22.3.1.7 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.3.1.8 Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

22.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo

22.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço do item.

22.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O custo estimado da contratação é de valor total estimado de R\$ 1.061.666,00 (um milhão, sessenta e um mil seiscientos e sessenta e seis reais).

24. OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Projeto: 0032.2000.567 .21901 - Serviço de Controle de Contingências
- Iniciativa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- Ação Orçamentária: 2000 - Administração da Unidade-Custeio
- Finalidade da Ação: 567 - Gestão de Apoio Administrativo - Manutenção condominial
- Programa de Trabalho: 10122.0032.2000.0033
- Natureza da Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica
- Subelemento: 48
- Fonte de Recurso: 06151000000

Claudionor Lima

De Acordo
Fábio Cerqueira
Coordenação de Serviços Operacionais

Autorizo
Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus

DOS APÊNDICES:

- Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar;
Apêndice II– Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

APÊNDICE I – Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar – Serviços especializados em Formação de Brigada Voluntária de Incêndio (BVI)/Fiocruz.

1. Informações Básicas

Processo Nº: 25389.000068/2022-26
Designação da Equipe de Planejamento: PORTARIA nº 20, de 16 de fevereiro de 2022

2. Introdução.

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que abriga enorme diversidade de atividades, incluindo o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos farmacêuticos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais.

A Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Sua missão é de prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

A Cogic atua em todos os Campi e unidades da Fiocruz, sediadas em diversos Estados do Brasil, a qual contempla: Rio de Janeiro - RJ, Amazonas - AM, Bahia - BA, Minas Gerais - MG, Paraná - PR, Pernambuco - PE, Ceará - CE, Piauí - PI, Mato Grosso do Sul - MS e Rondônia – RO, Brasília -DF.

3. Descrição da necessidade

A Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi - Cogic é responsável pelo gerenciamento do espaço físico e dos ativos da Fiocruz, em todas as atividades da instituição. Nesse contexto, existe a necessidade legal de treinamento de brigadas voluntárias e formação de brigadista voluntário de incêndio (BVI), as normas legais de referência são as seguintes : NT nº 2-10 Brigada de Incêndio – CBMERJ; Instrução técnica Nº. 17/2016 CBMBA; Norma Técnica Nº 002/2009-CBMDF - Classificação das Edificações de Acordo com os Riscos; Norma Técnica Nº 007/2011- CBMDF - Brigada de Incêndio; Decreto nº 21361, de 20 de julho de 2000 – Regulamento contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal; NBR 14276:2020 - Brigada de Incêndio e Emergência - Requisitos e Procedimentos; NBR 15219: 2020 - Plano de Emergência contra Incêndio - Requisitos e Procedimentos; COSCIP-PE - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco DECRETO 19644-97, alterado pelo decreto.46.658-18 e Decreto 52.006-21; IT 12 - Brigada de Incêndio - 3ª Edição (Alterada pela Portaria 61/2020); IT 01 - Procedimentos Administrativos - 9ª Edição (Alterada pela Portaria 63/2021); IT 03 - Composição do Processo de Segurança Contra incêndio e Pânico (PSCIP) - 2ª Edição (Alterada pela Portaria 65/2021); IT 11 - Plano de Intervenção de Incêndio (Alterada pela Portaria 61/2020); Decreto nº 24.024 CBMAM; Norma Técnica nº01_2021 CBMAM; Norma Técnica nº 03_2021 CBMAM; Norma de Procedimento Técnico nº17 (NPT17); Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o estado de Pernambuco; Lei 11.186 de 22 de dezembro de 1994 e IT 17 - BRIGADA DE INCÊNDIO (08/04 /2019).

Assim, foi realizado o levantamento e identificada a necessidade de treinamento de 2.785 pessoas para os campi no Estado do Rio de Janeiro, bem como, nas Unidades Regionais da Fiocruz.

Este treinamento tem como finalidade a capacitação um grupo formado por profissionais da própria e instituição voluntariamente e que tem por objetivo promover a prevenção de sinistros e acidentes envolvendo danos físicos, ajudar no combate a princípios de incêndios e prestar os primeiros socorros a vítimas, além de auxiliar o Corpo de Bombeiros em situações adversas na empresa. Esses profissionais, lotados nos campi Fiocruz e suas regionais espalhadas pelas Unidades da Federação, deverão ser treinados para atuar, dentre outros, no escape emergencial, dentro de uma área preestabelecida em atendimento aos requisitos legais. Além disso, capacitá-los para o uso racional e metodológico dos recursos humanos e materiais em casos de emergência, evitando reações de pânico, bem como atitudes impulsivas perigosas decorrentes de ocorrências emergenciais, propiciando antecipação de riscos e resposta adequadas às necessidades observadas em ocorrências de sinistros e emergências. Dessa forma, a demanda inclui a capacitação dos profissionais da Fiocruz a fim de assegurar um número de pessoas treinadas e aptas para compor da Brigada Voluntária de Incêndio, que além de atendimento a requisito legais contribui para operacionalização das ações de segurança necessárias em situações emergenciais.

Mediante ao exposto, verifica-se a necessidade de treinamento de 2.785 trabalhadores, considerando que os serviços pretendidos são necessários ao bom funcionamento da estrutura da instituição e fundamental ao desenvolvimento das atividades do Órgão e não possui correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal da Fiocruz.

Destaca-se abaixo, as informações relevantes para o levantamento da necessidade acima mencionada:

4. Área requisitante

Coordenação de Serviços Operacionais – CSO/Cogic/Fiocruz

Responsáveis: Claudionor da Silva Lima– Matrícula Siape nº 0462686

Fabio Cerqueira - Matrícula Siape nº 1993178

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a necessidade exposta no item 1, a solução deve atender aos seguintes requisitos, dentre outros:

1. A solução adotada deverá estar em conformidade no que se refere ao credenciamento para realizar curso de formação e atualização de brigadistas voluntários de incêndio (BVI), conforme legislação pertinente em cada uma das unidades da federação;
2. A solução adotada deverá prever total condição de atender a execução dos serviços em todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz e/ou Regionais descritos na necessidade da contratação;
3. A solução adotada deverá considerar, se for o caso, o deslocamento de mão de obra para executar atividades em outros campi ou regionais Fiocruz, bem como o deslocamento dos materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução;
4. A solução adotada deverá considerar que somente será aceita a emissão do certificado pela empresa contratada, vedada a subcontratação.
5. A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
6. A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades correspondentes às UF de cada regional e deverá atender às condições e credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros para ministrar curso prático de combate a incêndio, com campo de prova apropriado, para os treinamentos com extintores, bem como mangueiras e rede de hidrantes; conforme normativos legais destacados abaixo:

6. Levantamento de Mercado

No que se refere à busca da melhor solução, a Coordenação de Serviços Operacionais (CSO) realizou avaliação de mercado, para contratação de “Solução da Necessidade”, baseado nos requisitos mínimos estabelecidos neste estudo técnico preliminar, os serviços especializados em treinamento de Brigada Voluntária de Incêndio (BVI)/Fiocruz, com vistas a identificar a opção mais eficiente e vantajosa para a Administração, considerando que a prestação deste serviço não possui correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal da Fiocruz.

Além disso, neste momento, não há possibilidade de ser realizado o treinamento de Brigada Voluntária de Incêndio (BVI)/ diretamente pela Fiocruz, pois a empresa que prestará os serviços de formação da brigada de emergência deverá estar cadastrada e autorizada pelos Bombeiros Militares ou órgão similar.

Órgãos Públicos contrataram BVI por:

1. **Por turmas fechadas:** Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES-RJ) SEI-080001/014463/2021
2. **Por Pessoa** Hospital universitário Gaffrée e Guinle (EBSERH): Edital de licitação nº 1058/2020:

Empresas Especializadas em Formação de Brigada Voluntária de Incêndio (BVI):

Rio de Janeiro

- Atac Fire
- Consult Fire
- Waterservice
- C.M. Couto: Carga
- Focus Resgate

- 2M Segurança
- Opus Seg
- CADA Consultoria contra incêndio e pânico LTDA
- Prevenção Cursos e Treinamentos em Segurança do Trabalho

Bahia

- CTA Treinamentos, Engenharia e Serviços 71 3017-6767 / 71 99966-9160
ctatreinamentos@ctatreinamentos.com.br www.ctatreinamentos.com.br
- Santa Barbara Fire Serviços, Treinamento e Segurança Ltda 71 99667-4802 / 71 98876-9790
santabarbarafire@hotmail.com <http://www.santabarbarafire.com.br>
- Resgate Prático 71 99161-7848
danielaresgatepratico@gmail.com
<https://resgatepraticoba.com.br/>

Distrito Federal

- Dinâmica serviços - comercialdf@dinamocaserviços.com.br
- Amplos proteção contra incêndios – atendimento@amplospci.com.br
- Gold serviços e manutenção – goldservicos.manutenção@gmail.com
- Engelik contra incendio – solicitacao@engelik.com.br

Pernambuco

- Prevenção. Rua Imperial, 1898, São José, Recife-PE. (81) 34194888.
- Protege SMS (protegesms.com)
- Excelência Cursos. (81)9 98990177 Alexandre
- Senai (81)9 88165665. comercial@sistefafiepe.org.br

Minas Gerais

- Vertical Center – Treinamentos Especializados em Segurança Tel: (31) 3049 7002
<http://verticalcenter.com.br/index.php>
- TREMINAS -Centro de Treinamento- Brigada de Incêndio Tel: (31) 3771 5337
<http://www.treminas.com.br/empresa.html>
- Brigada Mineira – Consultoria e Treinamentos Tel: (31) 3150-7459 e 3050-6857 <https://www.brigadamineira.com.br/>

Amazonas

- Alfa Service - <http://alfaservice.net.br/>
- Extreme Treinamentos em Emergências Industrial – <https://www.ctextremeead.com/>
- Preven Fire- <http://www.prevenfire-am.com.br/>
- E-FIRE - <https://www.emops.com.br/>

Paraná

- Qualiseg treinamentos – contato@quaisegtreinamentos.com.br
- SW Consultoria e Engenharia – svkengenharia@hotmail.com
- Extinpag – Tecnologia contra incêndio – vendas@extinpagmga.com.br

Mato Grosso do Sul

- Asseg Segurança do Trabalho - contato assegmt.com.br
- Svierk & Cia Ltda – svkengenharia@hotmail.com
- Bioseg Saúde e Segurança do Trabalho Eireli – servicoesprojetos@bioseg.net

Rondônia

- Bombeiros Profissional Civil Resgate Vertical - 69 99321-2121
- Centro de Treinamento FIRE - Bombeiro Civil - 69 99243-2894
- S.O.S. Bombeiro Civil - 69 99306-8160

Soluções de Mercado

Necessidade	Opção 01	Opção 02	Opção 03
-------------	----------	----------	----------

Treinar profissionais da Instituição para atuarem no primeiro combate a princípios de incêndio e atendimentos de primeiros socorros, participando diretamente do plano de escape.	Contratação por Carga Horária concluída	Contratação por inscrição (por pessoa treinada)	Contratação por divisão em turmas
---	---	---	-----------------------------------

7. Descrição da Solução como um todo

Com base no exposto no item 6 (Levantamento de Mercado), conclui-se que a solução mais adequada para atender a demanda, é a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de treinamento e Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) por inscrição (por pessoa treinada/formada) Opção 02, devidamente cadastrada e autorizada pelos Bombeiros Militares ou órgão similar.

Desta forma, a solução prevê a medição dos serviços através do quantitativo de inscrições finalizadas e a entrega dos certificados de conclusão. Esta solução, por inscrições, torna-se mais viável, dentre outros pressupostos, devido à possibilidade de melhor gerenciamento da execução financeira com a utilização de recursos conforme a disponibilidade da Fiocruz, além disso, haverá melhor gestão da execução dos serviços pelas regionais que administrarão seus treinamentos por inscrições conforme suas necessidades.

A solução como um todo considera a contratação dividida em itens por razões logísticas e de distanciamento de algumas Unidades Regionais/Fiocruz, pois os treinamentos serão realizados em locais diferentes.

Dessa forma, os serviços deverão ser realizados por inscrições, respeitando um número máximo de alunos que a legislação autoriza, não sendo obrigatória a exclusividade de fechamento de turma para a Fiocruz.

8. Estimativa das quantidades

O quantitativo de serviço demandado levou em consideração o tamanho da população da edificação, tipo de ocupação e grau de risco, levando em consideração as pessoas com necessidades especiais, dentre outras características dos campi Fiocruz.

Para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve se dar pelas quantidades abaixo:

UNIDADES FIOCRUZ					
U	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTO
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	CASTELO	3.575,85m²	4
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	CRIS. PROCURADORIA E AUDITORIA	817,48m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	VILA RESIDENCIAL	797,86m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	RESIDENCIA OFICIAL	835,72m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	OUVIDORIA	135,88m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	UNADIG - Unidade de Apoio ao Diagnóstico COVID-19	2.614,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEPLAN	PAVILHÃO CARLOS MATUS	415,29m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. ARTHUR NEIVA	2.221,12m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. CARLOS CHAGAS	3.278,10m²	4
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. GOMES DE FARIAS	1.247,96m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. CARDOSO FONTES	3.525,82m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. ADOLPHO LUTZ	322,00m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. ROCHA LIMA	7.158m²	5
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. LEÔNIDAS DEANNE	7.536,74m²	6
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. BIOLOGIA HANSENÍASES	2.407,21m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. LAURO TRAVASSO	2.444,55m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	ASA	476,71m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	IOC	PAV. OSÓRIO DE ALMEIDA	1.139,64m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	MUSEU - SEDE	530,00m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	PAV. RELÓGIO	184,79m²	2
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	TENDA DA CIÊNCIA	414,05m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	EPIDAURO	308,70m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	PIRÂMIDES	339,66m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	CENTRO DE RECEPÇÃO	960,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	CDHS	3.020,65m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	ANEXO PRÉDIO DO RELÓGIO	120,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	SEDE STI	84,75m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	RESERVA TÉCNICA	1483,35m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	SALÃO DE EXPOSIÇÃO	460,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COC	CAVALARIÇA	400,22m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ICTB	ICTB SEDE	7.501,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ICTB	PRIMATOLOGIA	1.438,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	EPSJV	EPSJV	8.110,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INCQS	INCQS	12.741,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	SEDE	1.682,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	SGP - SERVIÇO DE GESTÃO DE PESSOAS	217,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	PRÉDIO 123 A - CEM - COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO	5.018,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	GVSP - GESTÃO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL	633,35m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	PRÉDIO 225 - DEPÓSITO DAS OFICINAS	159,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGIC	CONTAINERS DA JARDINAGEM, LIMPEZA E DEPÓSITO DE QUÍMICOS/INFLU	817,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	HOSPITAL EVANDRO CHAGAS	3.180,23m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	ADMINISTRAÇÃO DO INI	187,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	AMBULATÓRIO	189,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLÍNICAS	120,26m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	CRIE	290,26m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	ZOONOSES	72,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	CHC	6.890,17m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	PLATAFORMA DE BIOENSAIOS	1.035,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	Estrutura modular s/nº (IPREX)	151,69m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	322 EM-15 / ADMINISTRAÇÃO-II/INI	264,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	FAMÁCIA	143,50m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	CARDIOLOGIA	81,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	DIREÇÃO	260,96m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	HOSPITAL DIA	1.100,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	PAV. EUCLIDES GÂNDARA	192,45m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	VICE-DIREÇÃO DE ENSINO	633,35m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	PAV. MARIA DEANE	1.035,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	INI	ENSAIOS CLÍNICOS	950,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ENSP	ENSP	12.151,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ENSP	CESTEH	3.043,57m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ENSP	PAV. TORRES HOMEM	1.872,80m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	PRESIDÊNCIA	CANAL SAÚDE	425,16m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	FARMANGUINHOS	FARMANGUINHOS	1.050,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	FARMANGUINHOS	PLANTA PILOTO	630,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ICICT	BIBLIOTECA	5.515,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	ICICT	MULTIMEIOS GRÁFICAS	527,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEPE	QUININO	1.831,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEPE	CST - PAV. CARLOS AUGUSTO DA SILVA	5.160,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEPE	CRECHE BERTHA LUTZ	1.200,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEAD	QUININO	1.831,00m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEAD	ALMOXARIFADO CENTRAL - PAULO SARMENTO	2.414,83m²	1
RJ	CAMPUS MANGUINHOS	COGEAD	SAM DEL CASTILHO	1.400,00m²	1

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS
----	-------------	---------	------------	----	------------

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
RJ	CAMPUS MARÉ	PRESIDÊNCIA	EXPANSÃO DO CAMPUS	15.497,00m²	1	

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
RJ	CAMPUS PALÁCIO ITABORAÍ	PRESIDÊNCIA	PALÁCIO ITABORAÍ	3.099,70m²	2	

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 10	15.105,00m²	2	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 20	3.456,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 30	835,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 50	1.637,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 60	996,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 70	11.965,00m²	3	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 80	134,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 90	230,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 100	516,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO 110	65,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO ETE	227,00m²	2	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO CENTRAL DE RESÍDUOS	281,00m²	1	
RJ	CAMPUS FARMANGUINHOS	CTM	PRÉDIO SUNESTAÇÃO PRINCIPAL	281,00m²	1	

UF	REGIONAL RJ	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	BLOCO A HOSPITAL	10.425,00m²	5	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	BLOCO B MANUTENÇÃO, ALMOX, FARMÁCIA	1.900,00m²	2	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	BLOCO C LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA	625,00m²	3	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	PAV. MÁRIO OLINTO	2.026,13m²	6	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	BLOCO EDUCACIONAL	4.090,00m²	3	
RJ	CAMPUS IFF	IFF	ESPAÇO CAFETERIA	276,00m²	1	

UF	REGIONAL PR	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
PR	CAMPUS FIOCRUZ PARANÁ	ICC - PR	INSTITUTO CARLOS CHAGAS	6.430,00m²	3	BI
PR	CAMPUS FIOCRUZ PARANÁ	ICC - PR	LACEA	2.195,00m²	1	

UF	REGIONAL MS	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
MS	CAMPUS FIOCRUZ MATO GROSSO DO SUL	FIOCRUZ - MS	ESCOLA DE GOVERNO	470,00m²	1	

UF	REGIONAL PE	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
PE	CAMPUS FIOCRUZ PERNAMBUCO	CPqAM - PE	CENTRAL DE UTILIZADES	19.846,00m²	9	BI

UF	REGIONAL	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
MG	CAMPUS FIOCRUZ MINAS GERAIS	CPqRR - MG	BLOCO B	7.056,00m²	9	

UF	REGIONAL BA	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PAV. ALUÍZIO PRATA	1.773,00m²	3	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PAV. ZILTO ANDRADE	4.071,00m²	6	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PAV. NEB - LAIN PONTES	544,00m²	2	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PRÉDIO MULTIUSUÁRIOS	2.334,00m²	3	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	DEPÓSITO DE RESÍDUOS	24,00m²	1	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	LASP	919,00m²	2	BI
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	DEPÓSITO DE INFLAMÁVEL E RADIOATIVO	62,00m²	1	
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PRÉDIO DO CANIL	497,99m²	1	BI
BA	CAMPUS FIOCRUZ BAHIA	CPqGM - BA	PAV. CENTRAL ÍTALO RODRIGUES	1.919,00m²	3	

UF	REGIONAL AM	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
AM	CAMPUS FIOCRUZ AMAZONAS	ILMD - AM	INSTITUTO LEÔNIDAS E MARIA DEANE EDIFÍCIO 1	1.517,00m²	4	
AM	CAMPUS FIOCRUZ AMAZONAS	ILMD - AM	INSTITUTO LEÔNIDAS E MARIA DEANE EDIFÍCIO 2	715,00m²	2	

UF	REGIONAL DF	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
DF	CAMPUS FIOCRUZ BRASÍLIA	GEREB/SEAD	BLOCO ADMINISTRATIVO	2.940,00m²	4	

UF	REGIONAL RO	UNIDADE	EDIFICAÇÃO	M²	PAVIMENTOS	
DF	CAMPUS FIOCRUZ RONDÔNIA	FIOCRUZ/RO	LABORATÓRIO DE PESQUISA	1.382,57M²	1	BI

O cronograma estimado abaixo leva em consideração a disponibilidade financeira dos recursos colocados à disposição para realização do treinamento, no mês de referência, podendo não ser cumprido na integralidade.

Cronograma de treinamentos - Brigada Voluntária de Incêndio Fiocruz													Total
Regional	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	
Rio de Janeiro	200	200	250	250	150	150	150	250	250	250	199	100	2399
Paraná		13	10										23
Mato Grosso do Sul		8											8
Pernambuco		20	20	20									60
Minas Gerais		20	20	20									60
Bahia		20	20	20	20								80
Amazonas		20	20	15									55
Brasília		20	20	15	15								70
Rondônia		10	10	10									30

Obs1.: Os treinamentos, por inscrição, deverão respeitar o número máximo de alunos que a legislação de cada unidade da federação autoriza, não sendo obrigatória a exclusividade de turma fechada para a Fiocruz.

Obs2.: Os treinamentos seguirão os quantitativos estabelecidos no cronograma acima. Contudo, por necessidade expressa da Administração poderá haver alteração nos quantitativos mensais na hipótese de restrição de recursos financeiros.

9. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas:

- Divulgação de processos licitatórios de outros órgãos públicos,
- Consulta realizada diretamente com empresas prestadoras dos serviços;
- Consulta ao portal <http://comprasnet.gov.br>;

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz chegou, assim ao valor total estimado de R\$ 1.061.666,00 (um milhão, sessenta e um mil seiscentos e sessenta e seis reais).

Valo Estimado - treinamentos para Brigada Voluntária de Incêndio/Fiocruz												
Regional	Quantidade de inscrições	RECEL SISTEMAS CONTRA INCÊNDIO LTDA	QUALISERV	CADA CONSULTORIA PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO LTDA-ME	BRIGADA MINEIRA CONSULTORIA E TREINAMENTO	CURSO TRITEC	APEBEC	CURSO FOCUS	CURSO PREVENÇÃO	RESGATE VERTICAL	Grupo Fire	SeG Curs Treinar
Rio de Janeiro	2.399	R\$ 725,00		R\$ 287,00				R\$ 250,00	R\$ 250,00			
Paraná	80		R\$ 129,50									R\$
Mato Grosso do Sul	70											
Pernambuco	60					R\$ 460,00	R\$ 116,00					
Minas Gerais	60				R\$ 475,00							
Bahia	55											
Amazonas	23											
Brasília	30											
Rondônia	8									R\$ 375,00	R\$ 275,00	
VALOR TOTAL												

Média por região	sul/sudeste	R\$ 482,38
	norte/centro oeste	R\$ 360,33
	nordeste	R\$ 333,00

Mediana	R\$ 489,75
	R\$ 475,00
	R\$ 378,00
	R\$ 325,00
	R\$ 288,00
R\$ 378,00	

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação se dará por itens conforme a regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, para que seja a divisão em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala

Assim, a contratação será dividida em itens por razões logística e devido ao distanciamento Unidades Regionais/Fiocruz. A divisão em itens permite que mais empresas participem, de acordo com suas atividades. Segundo entendimento do TCU, apesar de aproveitarem o mesmo procedimento, cada um dos itens seria avaliado isoladamente, sendo a etapa de adjudicação individual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está prevista no Plano Anual da Cogic, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal, ação Orçamentária 2000 do PPA 2020-2023.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

1. Resguardar toda equipe de servidores/empregados/trabalhadores, os estudantes, os usuários e proteger o patrimônio da instituição;
2. Proporcionar aos profissionais que atuam na instituição conhecimentos para atuarem na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros-socorros no nível básico.
3. Oferecer condições para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas nos *campi* Fiocruz Rio de Janeiro;
4. Oferecer melhores condições para aumentar a manutenção da segurança das pessoas em caso de princípio de incêndio e a preservação dos documentos e bens que se encontram nas dependências da Fiocruz;

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se verificam impactos ambientais decorrentes da contratação. Mas sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração Pública Federal, conforme Art. 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, a Contratante exigirá que a empresa Contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade na aquisição de bens, além de demais regulamentações que sejam aplicadas sobre os serviços contratados tais como:

1. Atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI/MPOG.
2. Responsabilizar- se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços;
3. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
4. Observar, no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel Db (A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nos elementos até aqui apresentados neste Estudo Preliminares, DECLARO que:

- (☒) **É VIÁVEL** a presente contratação.
- (☐) **NÃO É VIÁVEL** a presente contratação.

17. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Departamento	Identificação	Assinatura
DSG	Fábio Cerqueira Siape: 1993178 Analista de Gestão em Saúde	
DSG	Darcy Rodrigues da Silva Siape: 1287759 Analista de Gestão em Saúde	
DGI	Hélio Coelho Silveira da Rosa – Siape: 6465383 Analista de Gestão em Saúde	

APÊNDICE II – Índice de Medição de Resultados - IMR

IMR- TREINAMENTO BVI

ÓTIMO Plenamente satisfeito, superando expectativas	BOM satisfeito	RUIM Parcialmente satisfeito, precisando melhorar	PÉSSIMO Insatisfeito	
A.1.1.1 De forma geral, como podem ser avaliados os serviços prestados pela empresa contratada?				
A.1.1.2 De forma geral, como podem ser avaliados o local da execução dos serviços (ambiente para treinamento)?				
A.1.1.3 Como pode ser avaliada o cumprimento/aproveitamento da carga horária proposta pela empresa contratada?				
A.1.1.4 Como pode ser avaliada a atuação do instrutor que executou o treinamento? Como podem ser classificadas as competências do profissional?				
A.1.1.5 De forma geral, como pode ser avaliado o treinamento teórico prestado pela empresa contratada?				
A.1.1.6 De forma geral, como pode ser avaliada a pontualidade da empresa contratada? (horário de início e fim das aulas teóricas e práticas)				
A.1.1.7 De forma geral, o material disponibilizado pela empresa contratada está adequado ao conteúdo ministrado?				
A.1.1.8 De forma geral, como podem ser avaliados os equipamentos e ferramentas disponibilizados pela empresa contratada para a etapa prática? (boas condições de uso)				
A.1.5 SUGESTÕES OU APONTAMENTOS DE OUTRAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS				
Assinatura do aluno: _____				
Resultado Apurado				
Pontos				
Este questionário poderá sofrer atualizações, conforme necessidade de avaliação dos serviços				



Documento assinado eletronicamente por **FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**, **Chefe do Departamento de Serviços Gerais**, em 14/07/2022, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIONOR DA SILVA LIMA**, **Gestor(a) do Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial**, em 15/07/2022, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca**, **Coordenadora Geral de Infra- Estrutura dos Campi, por Subdelegação.**, em 15/07/2022, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1875985** e o código CRC **60CAF647**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuos
Atualização Junho/2021

**A AGU poderá atualizar os modelos dos documentos em seu site a qualquer momento*

Referência: Processo nº 25389.000068/2022-26

SEI nº 1875985